

FERAS, E.P.- PETROGUIN e a sociedade comercial estrangeira General Petroleum Africa, Ltd., a outorga de uma ou mais concessões a que se referem os artigos 8.º, n.º 3, e 11.º, nºs 1 e 2, da Lei em apreço, após o requerimento de atribuição da ou das concessões a apresentar nos termos do Acordo de Associação em Participação referido nos artigos anteriores.

Artigo 5.º - Havendo uma descoberta comercial na área da Licença de pesquisa concedida pelo artigo 3.º deste Decreto, será dada à EMPRESA NACIONAL DE PESQUISA E EXPLORAÇÃO PETROLÍFERAS, E.P. – PETROGUIN e à sociedade comercial estrangeira General Petroleum Africa, Ltd., uma concessão de exploração, nos termos do artigo 11.º da Lei n.º 2/82, de 31 de Maio, nos 120 dias seguintes à data do respectivo pedido.

Artigo 6.º - Cada concessão deverá ser atribuída por Decreto, cobrindo uma respectiva área do desenvolvimento nos termos do Acordo de Associação em Participação e da legislação aplicável.

Artigo 7.º - A concessão de exploração terá a duração de (20) vinte anos, nos termos do artigo 16.º da Lei n.º 2/28, de 31 de Maio, acrescida às prorrogações previstas no acordo de Associação em Participação e na legislação aplicável.

Artigo 8º - Este Decreto entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros de 14 de Outubro de 2010. — O Primeiro Ministro, **Carlos Gomes Júnior**. — O Ministro da Energia e dos Recursos Naturais, Dr. **Higino Lopes Cardoso**.

Promulgado em 31 de Janeiro de 2011.

Publique-se.

O Presidente da República, **Malam Bacai Sahná**.

Decreto n.º 08/2011

de 1 de Fevereiro

(LICENÇA SUCESSO – BLOCO 4B)

Considerando que a Constituição e a Lei n.º 2/82, de 31 de Maio, determinam que são da propriedade exclusiva do povo guineense, sob forma de propriedade Estatal, os jazigos de hidrocarbonetos líquidos e gasosos que se encontrem no solo do seu território nacional, na sua plataforma continental e na sua respectiva zona exclusiva.

Considerando que a referida Lei sujeita os trabalhos de pesquisa de hidrocarbonetos à atribuição prévia de uma Licença de pesquisa pelas en-

tidades competentes, a EMPRESA NACIONAL DE PESQUISA E EXPLORAÇÃO PETROLÍFERAS, E.P.- PETROGUIN, ou a esta em associação como uma ou mais empresas ou sociedades comerciais estrangeiras.

Assim, o Governo decreta, nos termos do n.º 2 do artigo 100.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º - É aprovado e considerado conforme ao interesse público o Acordo de Associação em Participação celebrado em 8 de Maio de 2009, entre a EMPRESA NACIONAL DE PESQUISA E EXPLORAÇÃO PETROLÍFERAS, E.P. e a sociedade comercial estrangeira General Petroleum Africa, Ltd..

Artigo 2.º - O presente Decreto reconhece a validade e os plenos efeitos jurídicos de todas as estipulações e respectivos anexos do Acordo referido no artigo que antecede, declarando-os disposições especiais para a finalidade de concessão de direitos mineiros ao abrigo da Lei n.º 2/82, de 31 de Maio.

Artigo 3º - É determinada a atribuição da Licença de pesquisa denominada SUCESSO nos termos do artigo 3.º da Lei citada no artigo precedente, conjuntamente à EMPRESA NACIONAL DE PESQUISA E EXPLORAÇÃO PETROLÍFERAS, E.P.- PETROGUIN e a sociedade estrangeira General Petroleum Africa, Ltd. para a pesquisa de hidrocarbonetos líquidos e gasosos na área correspondente ao Bloco 4B, conforme descrita e localizada no Anexo A ao referido Acordo de Associação em Participação e delimitada pelas seguintes coordenadas geográficas:

Área do Acordo

Coordenadas *Turning Point* para o Bloco 4B Latitude e Longitude

N 11°	25'	10"		W 17°	30'	00"
N 10°	10'	05"		W 18°	32'	48"
N 10°	13'	13"		W 18°	28'	14"
N 11°	00'	58"		W 17°	18'	35"
N 11°	18'	00"		W 17°	30'	00"

Grupo do Sistema de Coordenadas: Universal Transverse Mercator

Sistema de Coordenadas: Zona 28N (18W a 12W) Geodetic Datum: WGS 1984 Elipsoide: WGS 1984

227342.7701	1263067.141
111271.5895	1126120.019
247619.5143	1218739.206
227210.8417	1249920.274

Artigo 4.º - É garantida à EMPRESA NACIONAL DE PESQUISA E EXPLORAÇÃO PETROLÍFERAS, E.P.- PETROGUIN e a sociedade comercial estrangeira General Petroleum Africa, Ltd., a outorga de uma ou mais concessões a que se referem os artigos 8.º, n.º 3, e 11.º, n.ºs 1 e 2, da Lei em apreço, após o requerimento de atribuição da ou das concessões a apresentar nos termos do Acordo de Associação em Participação referido nos artigos anteriores.

Artigo 5.º - Havendo uma descoberta comercial na área da Licença de pesquisa concedida pelo artigo 3.º deste Decreto, será dada à EMPRESA NACIONAL DE PESQUISA E EXPLORAÇÃO PETROLÍFERAS, E.P. – PETROGUIN e à sociedade comercial estrangeira General Petroleum Africa, Ltd., uma concessão de exploração, nos termos do artigo 11.º da Lei n.º 2/82, de 31 de Maio, nos 120 dias seguintes à data do respectivo pedido.

Artigo 6.º - Cada concessão deverá ser atribuída por Decreto, cobrindo uma respectiva área do desenvolvimento nos termos do Acordo de Associação em Participação e da legislação aplicável.

Artigo 7.º - A concessão de exploração terá a duração de (20) vinte anos, nos termos do artigo 16.º da Lei n.º 2/28, de 31 de Maio, acrescida às prorrogações previstas no acordo de Associação em Participação e na legislação aplicável.

Artigo 8.º - Este Decreto entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros de 14 de Outubro de 2010. — O Primeiro Ministro, **Carlos Gomes Júnior**. — O Ministro da Energia e dos Recursos Naturais, Dr. **Higino Lopes Cardoso**.

Promulgado em 31 de Janeiro de 2011.

Publique-se.

O Presidente da República, **Malam Bacai Sahná**.